População quer reforma política já, mostra pesquisa da OAB/Ibope



Do UOL

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contratou o Ibope para saber a avaliação da população sobre o tema reforma política. De acordo com o levantamento, 85% são a favor da reforma política, sendo que 84% querem que as mudanças possam valer já para as eleições de 2014.

Com a pesquisa, a OAB e o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) querem acabar com a ideia de que as manifestações que tomaram conta do país em junho não têm relação com o tema reforma política.

Ainda de acordo com a sondagem, 92% disseram ser favoráveis à realização da reforma política por meio de projeto de lei de iniciativa popular.

A maioria da população (78%) também não aprova que empresas façam doações às campanhas políticas. Além disso, 80% defendem a imposição de limites de gastos para uso em campanhas eleitorais. Para 90%, a pena para caixa 2 de campanha deve ser mais rigorosa.

A pesquisa também mostra que a população está disposta a mudar a forma de eleição dos deputados. A proposta de uma lista de propostas e candidatos recebeu 56% de apoio, enquanto 34% mostraram preferência pela maneira atual.

Perguntados posteriormente sobre quais temas receberiam votos caso fossem propostas em vez de candidatos, a saúde apareceu em com 56% das menções (respostas estimulada), seguida por educação, com 20% das menções.

A pesquisa também dá embasamento à proposta “Eleições Limpas”, defendida pela OAB, MCCE e outras 70 entidades que já têm um projeto de iniciativa popular para reforma política, que tem por base três eixos: o voto em propostas e depois em candidatos, o financiamento limitado de campanha e sem participação de empresas e a maior liberdade de imprensa na cobertura das eleições.

A pesquisa foi feita com 1.500 pessoas entre 27 a 30 de julho. A margem de erro é de 3 pontos percentuais para mais ou para menos.

1 FINANCIAMENTO DE CAMPANHA



COMO É HOJE

O financiamento de campanha eleitoral no Brasil é do tipo misto, com doações que podem ser privadas (pessoa física ou jurídica) ou públicas (por meio de fundo partidário).

ENTENDA A DISCUSSÃO

Segundo os críticos, o **financiamento privado** leva os políticos a criar vínculos com as empresas que os financiaram, o que provocaria tendência ao favorecimento de tais companhias. Ao mesmo tempo, há críticas ao **financiamento público**, já que o dinheiro do governo seria dividido de acordo com a composição das bancadas na Câmara dos Deputados.

3 EXISTÊNCIA OU NÃO DA SUPLÊNCIA NO SENADO



COMO É HOJE

O suplente é escolhido na chapa do senador e não participa da campanha, ou seja, não recebe votos. Até 1946, os suplentes não existiam.

ENTENDA A DISCUSSÃO

Discute-se o fim da suplência dos senadores por permitir que, caso o senador eleito se ausente, o suplente assuma um cargo sem ter sido escolhido nas urnas. De acordo com um levantamento feito em fevereiro, **17 dos 81 senadores em exercício eram suplentes**, ou seja, cerca de 20% deles não disputaram as eleições.

4 MANUTENÇÃO OU NÃO DAS COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS



COMO É HOJE

Os partidos fazem coligações para disputar as eleições tanto para cargos no Executivo quanto para o Legislativo. As coligações nacionais não são, necessariamente, as mesmas dos Estados, gerando alianças diferentes nas esferas estadual e federal.

? ENTENDA A DISCUSSÃO

As coligações permitem, por exemplo, que deputados da mesma aliança sejam eleitos na esteira de outros bem votados. Por outro lado, se acabarem, os pequenos partidos conseguiriam eleger menos parlamentares.

Compartilhe nas redes: